

Assentamento Aruega: uma trajetória de luta (1988-2008)

Arnaldo José Zangelmi*
Fabrício Roberto Costa Oliveira**

I ntrodução

O Assentamento Aruega, situado no Vale do Jequitinhonha, foi resultado da primeira ocupação de terras do MST em Minas Gerais e, desde então, assumiu um caráter emblemático e referencial para as ações do Movimento no Estado. Ocupada em 1988, a Fazenda Aruega se tornou um palco de experiências que transformaram a vida dos assentados e da localidade.

O Assentamento Aruega está ligado à área urbana da cidade de Novo Cruzeiro (MG) por uma estrada de terra de 25 Km, que serve também de ligação para outras comunidades rurais. As casas foram construídas próximas umas das outras, em sistema de agrovila. Também, no mesmo conjunto, está o galpão, a escola, comércios, uma igreja católica e o posto de saúde da comunidade.

A maior parte dos assentados tem vínculos de parentesco, constituídos antes e depois da ocupação. Jovens e crianças constituem mais da metade do total de pessoas do Assentamento.¹ A agricultura é a principal atividade econômica, porém atividades não agrícolas – como as de comércio, indústria caseira, pedreiros, serventes escolares, diaristas, professores, etc. – contribuem de forma considerável para a renda de quase todas as famílias.² Nosso artigo busca situar o Assentamento na região em que ele se faz presente e apresentar sua trajetória dinâmica, que vai do processo de ocupação, pressão, resistência ao estigma, até a inserção social dos assentados.

Na primeira parte nos concentramos no que diz respeito à formação do Assentamento e ao seu dinamismo de transformações. Em seguida, nosso trabalho se concentrará na exposição dos constrangimentos e pressões sofridas pelos assentados – por parte de policiais e da elite local, para que desistissem do intento – e na resistência que construíram frente a essa situação. No último tópico investiremos mais explicitamente no processo de estigmatização sofrido pelos assentados – já que foi grande a repulsa das pessoas daquela região em

relação ao grupo mobilizado – mas também no processo de inserção dos mesmos na sociedade local. Por fim, faremos as considerações finais do trabalho.

Assentamento Aruega: uma trajetória dinâmica de vinte anos

A região na qual surgiu o Assentamento Aruega, município de Novo Cruzeiro (Vale do Jequitinhonha-MG), foi ocupada pelos trabalhadores rurais em 1988. Como citado anteriormente, essa foi a primeira ocupação do MST em Minas Gerais. Aruega teve uma mobilização com forte participação dos mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, principalmente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), trazendo até hoje as marcas desse processo.

As famílias que fizeram a ocupação, cerca de 300 (aproximadamente 1200 pessoas), provieram de vários municípios da região do Jequitinhonha e Mucuri. As famílias que foram assentadas são dos municípios de Novo Cruzeiro (44%), Itaipé (36%), Itambacuri (4%), Ladainha (4%), Catuji (4%), Verde de Minas (4%) e Pavão (4%).³ Sobre as famílias excedentes, segundo relatos, havia pessoas também dos municípios de Poté, Padre Paraíso, Águas Formosas, Ouro Verde, Teófilo Otoni, Jampruca, entre outros.

Essas pessoas moravam em casas pequenas, de pau a pique ou madeira, muitas vezes sem luz elétrica e água encanada. Alguns possuíam terra de herança, sempre muito desgastada e pequena em comparação ao grande número de herdeiros. Outros eram assalariados ou trabalhavam “a meia” para fazendeiros da região. Também encontrou-se vários casos de ex-agregados, como EV, que demonstra as limitações impostas pelos fazendeiros: “*Que ad'ondê que nós morava nós não podia prantá café. (...) Não podia porque eles não dexava. É...só dexava prantá feijão e mio. As otra coisa (...) não dexava mesmo!*”⁴

Muitas dessas pessoas já experimentaram o trabalho urbano, principalmente em grandes cidades como Belo Horizonte e São Paulo, o que era muito comum nessa região, como também esclareceu Ribeiro.⁵

*Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e professor substituto na área de História e Ciências Sociais na Universidade Federal de Ouro Preto.

**Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹CARVALHO, Maria da Glória. *Lutas e Conquistas de Camponeses Sem Terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega*. (Dissertação) Lavras: UFLA, 2000.

²Idem.

³Idem.

⁴Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 06 de julho de 2005.

⁵RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFS, 1996.

É possível que essas migrações temporárias fizeram com que essas pessoas valorizassem sua ligação com a terra, ao mesmo tempo em que definiram sua aversão à vida urbana e uma crescente vontade de retornar ao meio rural: “*Em São Paulo eu trabalhava. (...) Sai de São Paulo, vim direto de São Paulo foi em 70. Foi então que eu vim embora e abusei de viagem. Não quero mais correr mundo de maneira nenhuma!*” (...) *Dai eu voltei, casei e não voltei pra São Paulo trabalhar mais nunca!*⁶

Como coloca McAdam,⁷ em sua teoria sobre os movimentos sociais, a organização anterior é fundamental para o surgimento de movimentos sociais. Desde a década de 70, alguns membros da Igreja Católica - primeiramente da Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR) e depois da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - e de sindicatos de trabalhadores rurais do Nordeste Mineiro organizavam discussões relacionadas às injustiças na região.⁸ Os assuntos giravam em torno da constatação da concentração de terras, modernização agrícola, êxodo rural, etc: “*É, nós era sindicalizado. Sempre também dava essa visão prá Reforma Agrária, pra cada um ter seu pedacinho de chão. Ai nós unido no sindicato e nas igreja, nós nunca passamos dessas coisas. Ai até que enfim chegou o Movimento dos Sem-Terra, veio do Rio Grande do Sul*”.⁹

De acordo com os assentados, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), até então ainda muito restrito à região sul do País, estabeleceu contato com alguns membros dos sindicatos, surgiu a idéia de organizar uma ocupação na região e as reuniões ganharam um caráter mais prático e preparatório. Isso ocorreu alguns meses antes da ocupação, variando a antecedência de acordo com a cidade. Segundo depoimentos de assentados, a missa era o primeiro contato com os trabalhadores sobre esse assunto:

Tinha os culto dominical, a igreja cheia, nós trabalhando na igreja. Então a gente conversava com eles e aqueles que interessava dava o nome, nós preenchia a ficha deles e (...) Eu juntei vinte família, mas na hora que veio, veio dez. Os outro esmoreceu. Esmoreceu na hora. Então os dez que veio, hoje só têm aqui três.¹⁰

Membros do MST vinham para a região, de tempos em tempos, para fazer reuniões e escolhiam algumas pessoas das comunidades para recrutar e cadastrar mais interessados. Alguns mediadores, importantes para o Movimento, que não foram assentados no Aruega, são lembrados como figuras de destaque na organização.

As lideranças locais tinham um contato mais

contínuo com a comunidade e tinham a oportunidade de comunicar o que estava sendo articulado de forma mais direta, como notou-se em entrevistas:

Chamava eles: “--Atenção, vocês interessava adquirir um pedacinho de chão para trabalhar com a família?” --Então moço, eu num tenho condições, eu até que eu penso. Eu não tenho terra, eu vivo trabalhando de diária aí nas fazendas, pra um e pra outro” Ai eu dizia: “--Oh, se vocês quiser, vamo unir e nós vamo ganhar uma terra pra nós trabalhar com o nosso sangue”.¹¹

Em alguns depoimentos foi possível notar que havia certo desconhecimento sobre o que se planejava exatamente, possivelmente, em parte, pela necessária estratégia de sigilo do MST. O local exato da ocupação nunca era divulgado muito antes. Ao analisar as entrevistas mais a fundo, ficou mais nítida a impressão de que esse desconhecimento extrapolava para outros conteúdos, o que nos leva a inferir que as reuniões não foram suficientes para uma clara compreensão de todo o processo que viria pela frente, o que talvez não seria possível nesse contexto. Mesmo porque, para essas pessoas, essa era uma opção nunca antes imaginada ou vivida por pessoas de sua proximidade.

Muitos assentados demonstram que não tiveram clareza sobre como e onde seria a ocupação. O MST evitava assim que notícias sobre a ocupação chegassem rapidamente ao conhecimento de fazendeiros e autoridades da região, o que poderia inviabilizar que as estratégias se efetivassem. Esses elementos estão também presentes no depoimento de JR, que enfatiza que “*Ninhum de nós que veio prá qui intindia o que que era ocupação de terra não*”, entre outros relatos nesse sentido.

A realização de cerca de duas ou três reuniões - em dezenas de comunidades, a revelia das autoridades e fazendeiros locais - se tratou de uma operação extremamente complexa que os mediadores executaram com grande eficiência. Os relatos sobre essas reuniões, e a repercussão que elas geraram, estão presentes em todos os depoimentos das pessoas que viveram o processo de ocupação.

No entanto, percebe-se que a compreensão sobre esse processo foi extremamente difícil para os trabalhadores rurais, inseridos em um contexto no qual o MST e seus procedimentos eram desconhecidos. Notou-se também que não foi necessário, por parte dos mediadores, entrar em detalhes sobre todo o procedimento, nem convencer essas pessoas sobre todas as implicações dessa postura, pois, inicialmente, a proposta de conquista de uma terra e o apoio dos líderes das comunidades foram grandes estímulos para a adesão.

O diálogo do MST fluía, nesse sentido, mais com as lideranças locais, nas quais as pessoas da comunidade confiavam a ponto de se inserirem na ocupação sem um conhecimento pleno do processo. As discussões eram

⁶Entrevista cedida por CV, 62 anos, assentado, liderança, no dia 08 de julho de 2005.

⁷McADAM, Doug. *The political process and development of black insurgency*. Chicago: UCP, 1982.

⁸RIBEIRO, op. cit.

⁹Idem.

¹⁰Idem.

¹¹Idem.

mais dirigidas para informar os procedimentos necessários para a preparação funcional da ocupação, em seu aspecto concreto.

A questão da propriedade da terra também era muito divulgada. No trabalho de base os mediadores reforçavam que a terra era devoluta e improdutiva, pois as pessoas tinham certa resistência em ocupar uma terra que tinha dono. O esforço de preparação dessa compreensão fica claro no relato abaixo, entre outros:

Chegava e falava: “—Não gente, a questão... A gente num vai ocupá uma terra que tem dono. Vamo ocupá uma terra improdutiva”. Ai quando as pessoa falava: “—Isaias, num tem jeito Isaias, como é que nós vamo tomá a terra dos otro?”. “—Não gente, a terra que o Movimento ocupa, que nós vamo ocupá gente, é terra que o dono, ela tem um dono, porém o dono não paga imposto. A maió parte dela nu tem documento.”. Ai tentava convencê que a situação é essa, que Aruega é 966 hectare de terra, mais o dono tem documento de 246. Cadê as otra? As otra era dele? Num era. (...) A dele ninguém tomô, ta ai. Ele num ta trabalhano nela porque? Por que ele num trabalha.¹²

A noite escolhida para a ocupação foi a de 12 de fevereiro de 88, pois era carnaval e a polícia estava ocupada. Caminhões e caminhonetes passaram recolhendo as pessoas, que levavam poucos mantimentos e roupas. Foi uma noite chuvosa, tensa, e muitos encontraram problemas com a polícia, o que atrasou sua chegada no local da ocupação e aumentou o clima de insegurança:

Eu mesmo num entrei aqui 12 de feeverero não porque a polícia barrô o caminhão que foi pegá nós lá no Lufa. Que nós num conseguimos passá pra cá, que no Lufa também tinha o carnaval e a polícia tava. Quando viu o caminhão cheio de gente. Aí pararo nós lá e num dexaro passá. (...) Desconfiario. Por que a gente trouxe colchão, comida, no caso arroz, feijão, essas coisa, né. Então eles desconfiario: “—Mais cêis tão ino pra onde?”. “—Ah, nós tamo ino lá pro carnaval em Novo Cruzeiro”. “—Mas cês tão ino pro carnaval levano feijão, arroz, cobertô, cochão? Num tem jeito.”. (...) Aí vortamo nós, mas quando voltamo nós, isso foi prá faxa de 5 hora da manhã, ai já chegô a notícia lá. Já ligô de Novo Cruzeiro lá, falano que tinha ocupado a terra aqui. Aí foi que acabô de complicá! Aí nós ficamo na bera da estrada toda a noite.¹³

Ocupação, pressão e resistência

A fazenda ocupada pertencia a Alpino Alves, que a recebeu de herança de seu avô, Olinto Alves Teixeira. O ex-proprietário, na época da ocupação, residia na cidade de Viçosa-MG e não mantinha a terra produzindo.¹⁴

A terra tinha 2 agregados, que produziam apenas para suas famílias, e era devoluta. Os domínios tinham 950 hectares,¹⁵ mas a documentação do proprietário era apenas de 290, 4 hectares. Pelo decreto 96.757, em setembro de 1988, o governo federal desapropriou a área alegando considerar que ela não estava cumprindo sua função social, avaliada como latifúndio por exploração.¹⁶ A maior parte da área era de mata e o terreno bastante acidentado, com muitas nascentes.¹⁷

Nessas condições, após as famílias serem assentadas, em 1989, foi movido um processo contra elas por desmatamento da vegetação nativa, cerca de 80% caracterizada como mata atlântica. Ao que tudo indica, esse problema foi parcialmente resolvido quando se estabeleceu que os 290,4 hectares documentalmente pertencentes a Alpino Alves, constituiriam uma área de preservação e quando as famílias excedentes saíram do Assentamento, diminuindo a necessidade de desmate e caça.

Na chegada a Aruega, rapidamente as barracas de lona foram montadas e comissões e grupos de trabalho formados. Havia as comissões de alimentação, saúde, segurança, moradia, etc. Num dos barracos, improvisou-se uma escola, que no começo contava com professores do acampamento;

Membros dos sindicatos, do MST e da Igreja arrecadavam doações em várias cidades da região para garantir alimentação, remédios, roupas, etc, até que os acampados fizessem a colheita. Havia também uma grande horta coletiva que rapidamente contribuiu na alimentação.

Os primeiros contatos com os agregados, hoje assentados em Aruega, ocorreram de forma chocante e hostil. A entrada de cerca de 300 famílias em uma região quase desabitada, na qual os procedimentos da ocupação eram totalmente desconhecidos, chocou os poucos habitantes e gerou certa aversão no início da ocupação. O depoimento de EV deu parte da dimensão da hostilidade:

Na época era 280. Eles já tinha mais o menos a noção, porque o minino que trabaia no sindicato tinha avisado pra eles que era capais de chegá um pessoal aqui que ia ce dono dessa terra, né. Aí na época eles tava meio assim, mais assim memo eles assustô porque não esperava que era tanta gente. Depois foi introsano com nós e hoje eles são assentado do mesmo jeito, né.¹⁸

Esse segundo depoimento nos fornece elementos para supor que esses agregados receberam algumas informações sobre o que poderia acontecer. No entanto, devido a estratégia de sigilo do MST, essas informações possivelmente não davam a exata dimensão do que era

¹⁵MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). *Laudo de vistoria*. Belo Horizonte, Delegacia Regional, 1988a.

¹⁶MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). *Exposição de motivos*. Belo Horizonte, Delegacia Regional, 1988b.

¹⁷CARVALHO, op. cit.

¹⁸Entrevista cedida por NT, 52 anos, assentado, em 12 de julho de 2005.

¹²Entrevista cedida por NC, 47 anos, assentado, liderança, em 13 de julho de 2005.

¹³Idem.

¹⁴CARVALHO, op. Cit.

uma ocupação e do número de pessoas envolvidas. A relação foi melhorando ao longo do tempo, inclusive pelo fato desses agregados terem também se tornado assentados nesse processo.

A ocupação em Aruega rapidamente chamou atenção das autoridades locais. Fazendeiros da região, Prefeito e policiais exerceram forte pressão sobre o Assentamento, independentemente dos processos que corriam na justiça. A maior pressão ocorreu por intermédio da polícia da região. Foram realizadas “vistorias” freqüentes em Aruega, além de agressões físicas, sabotagens, perseguições, tentativas de despejo, interrogatórios, bloqueios de alimentação, ameaças, etc.

De acordo com os assentados, os interrogatórios, muitas vezes informais, visavam quase sempre descobrir quem eram os líderes da ocupação, além de gerar constrangimento e insegurança nos trabalhadores:

Eles chegava no Sindicato e começava, perguntava o nome da gente, né. “--Cê é de onde?”. “--Aruega”. “--Ué, mais o que que cêis foro fazê em Aruega mesmo?”. “--Não, (...) e tal”. “--Mais quem levou vocês pra lá mesmo, quem é o chefe?”. Eu falava: “--Não, moço, isso não existe. No Movimento num tem chefe não.(...) Na organização, um vai conversano com o outro. **A gente vai fechano com a idéia**”. É isso que eles fazem, pra tentá derrubá o Movimento. E eles ameaça ainda. Na época..Hoje mudô muito. Mais na época eles chegava e falava: “--Se o cêis fazê isso denovo, [botá] o cêis tudo e mete a faca! Tem que matá esse povo.”¹⁹

Como se nota, os trabalhadores evitavam as perguntas e ameaças dizendo que não havia líderes ou que “todos são líderes”. A descoberta das lideranças facilitaria a desarticulação do Movimento, pois o anonimato frente às autoridades, em meio a 300 famílias, garantia a liberdade de organização da ocupação junto às bases.

Nesses momentos, em que se argumentava que “todos são líderes”, além da estratégia de evitar que a polícia prendesse as lideranças, estava também em jogo um confronto discursivo. A concepção de liderança que o MST enfatiza vai de encontro à concepção que predominava entre os policiais e mesmo na região como um todo. A noção de líder, para os policiais, era pensada como figura de poder, chefia, autoridade naturalmente dada. Para o MST a idéia de liderança está mais associada à representatividade, responsabilidade e função de organização das atividades, ou seja, uma autoridade temporariamente atribuída.

Os policiais acampavam por semanas nas proximidades do Assentamento, tanto para intimidar e gerar desconforto, quanto para evitar novas ocupações na região, que era o grande temor dos fazendeiros locais.

Os sem-terra estabeleceram, então, estratégias para conter esse avanço e evitar, a todo custo, a entrada de

grande número de policiais no Assentamento. Vigias se organizaram para dar um sinal, com foguetes, quando os policiais se aproximassem. Nesses momentos tensos, as pessoas iam para a única entrada de Aruega e fechavam a passagem. Muitas vezes, para evitar o confronto, as crianças eram instruídas na frente, o que deixava as autoridades sem possibilidade de ataque direto. Os entrevistados realçam a importância e a organização das crianças:

E tinha muita criança tamém. As criança sempre ia na frente, né. As criança, quando sabia que o policial vinha, as criança era as primera a corrê na frente. Só que tinha as pessoa que organizava as criança direitinho tamém, né. Falava com eles que não era prá i prá violência, falava pra conversá com o policial, que se ele ficasse bravo, era prá prosiá com o policial.²⁰

O grupo permitia a entrada de poucos policiais, para fazerem “pesquisa” no Assentamento. Contudo eram sempre momentos tensos:

Aqui, eles entrava aqui quando nós bem queria que entrasse. Se vinha uns dois ou treis, entrava. Nós abria a segurança e entrava. Tinha segurança dia e noite. Às vezes um policial vinha, prá fazê uma visita aqui dentro aqui. “--Quê fazê visita o quê! É amigo, né? Fazê pesquisa..?”(risos). Pesquisava é algum canto favorável a eles. A gente, se fosse dois ou treis, nós chamava 400 família em roda deles, que eles saia de camisa moiada! (risos). Com a pressão do povo. E aí corria água assim, no rosto assim. Saía moiado de suor (risos).²¹

Na disputa judicial, que contou com três liminares de despejo, contra as quais os assentados recorreram e ganharam, algumas histórias são lembradas para demonstrar o apoio do Prefeito aos fazendeiros. No depoimento a seguir, NT contou sobre a tentativa de recorrer contra uma liminar de despejo que quase foi frustrada pela ação das autoridades da região:

Eles num quiria de forma nenhuma dexta o avião levanta, né. E aí, como nós tinha lá um grupo de pessoas daqui, tinha um pessoal de apoio. Falô: “--Não, agora, se num liberá, nós vamo tê que reagi de otra forma, né”. E aí o comando da polícia também entrô no meio lá e falô com o prefeito: “--Não, isso não existe. Todo mundo tem o direito de recorrê e de justificá”. E aí foi aonde que dentro de poco tempo saiu e conseguiu recorrê ainda o processo lá em Belo Horizonte.²²

Um momento emblemático da resistência em Aruega ocorreu quando a segunda ocupação da região, na Fazenda Sapezinho, foi despejada com ordem judicial. Após esse despejo, aproveitando-se do momento, as autoridades tentaram expandir ação de despejo também

²⁰Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 06 de julho de 2005.

²¹Entrevista cedida por CV, 62 anos, assentado, liderança, no dia 08 de julho de 2005.

²²Entrevista cedida por NT, 52 anos, assentado, em 12 de julho de 2005.

¹⁹Grifo nosso.

para Aruega, gerando um confronto que até hoje é lembrada com angústia e glória na memória dos assentados:

Até que no dia que eles tirô o pessoal lá eles entrô aqui. Quando eles entrô aqui, aquela turma de polícia, veio...que vinha tirá memo. Aí nós era 1000 e tanta pessoa aqui dentro, nessas 400 família que tava aqui, nós era em torno de 1000 e tantas pessoa. O que que nós fizemo? Essa área que cê tá veno aí (...)Nóis fizemo um círculo que o pessoal fez um cordão assim, e porrete e facão, enxada, foice, machado, o que que a gente achô. (...) **Eles fez a pressão nós, nós fez a pressão com eles tamém. Que nós já num tinha mais jeito, nós já tava no ultimo furo. Pra nós tanto fazia morrê ou matá tamém (...)**E no passá que ele passô de costa nós foi [apertano] até que levô eles de costa. A nossa estradinha era uma estradinha muito apertada, os carro que já tava aí foi tudo de ré até lá na porta. E lá tirô eles pra fora. Quando chegô lá embaixo, naquela ponte ali.(...)A polícia pegô gasolina e óleo, jogô nessa ponte e trepô fogo naquele trem, queimô tudo.²³

A pressão, após esse acontecimento, foi diminuindo gradualmente. Esses depoimentos enfatizam a força dos assentados na resistência. No entanto, outros deram mais ênfase ao sofrimento da perseguição, ao constrangimento, ao temor em relação à família, à insegurança cotidiana, etc. Uns tendem a se lembrar fortes, decididos, outros se vêem como vítimas, inocentes e inofensivos. Não por coincidência, os primeiros são os mais próximos da organização e ideologia do MST e os segundos mais ligados à lógica tradicional. Nesse momento vê-se que vai se delineando uma divisão na memória de Aruega.

Das cerca de 300 famílias que participaram da ocupação, 25 foram assentadas em Aruega. O INCRA havia decidido que a área era adequada para o assentamento de 15 famílias, porém os acampados queriam que fossem 40. Após uma negociação fechou-se o debate em 25 famílias.

Segundo depoimentos, houve consenso sobre quais famílias deveriam ser assentadas ali. Os critérios relatados foram preferência para famílias que moravam mais próximo do Assentamento, famílias numerosas, pessoas que já tinham casa em construção e pessoas que não podiam mais continuar na mobilização, pela idade, pelo desgaste, etc.

Já havia começado a construção de algumas casas, o que determinou que essas famílias ficariam nesses terrenos. Os outros locais foram sorteados entre aqueles que iriam ficar.

Os excedentes foram, em sua maior parte, para o Assentamento Santa Rosa, no município de Itaipé, e para o Assentamento 1º de Junho, no município de Tumiritinga, no Vale do Rio Doce. Ficou muito forte, em

Aruega, a lembrança sobre a época em que esses excedentes ainda estavam lá, como uma época de efervescência, de cantoria, de união e de luta. A saída dessas pessoas é um marco e deixou em Aruega um grande vazio, como relata JR:

Porque quando esse pessoal saiu daqui, vou ti falá, [...] afundô. Foi difícil, mais nós tinha acostumado... aquele povão, e a gente acostumô ... aquele companherismo, né. Então quando saiu daqui foi difícil! Foi um abalo muito grande aqui dentro. Aquela saudade do povo, né. Que através daquelas opressão da polícia, muita coisa, a gente já tinha acostumado tá unido, né, cantano aquelas [sambarerela] bonita. E aquele trabaio, assim, tal. A gente...Prá fazê essa divisão não foi fácil. Eu queria que o outro ficasse, outro queria que o outro ficasse, e assim, tal. Até que a gente chegô num consenso, porque sabia que não podia ficá todo mundo.²⁴

Estigma e inserção social

Nos depoimentos é possível notar que, intrinsecamente ligado à relação com o trabalho, a concepção política e a noção sobre a terra, talvez tenhamos um processo que remete ao que Pollak²⁵ chama de negociação pela identidade, entre os assentados e o restante da cidade de Novo Cruzeiro. Isso concebe a articulação da identidade “em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.²⁶

Em todas as entrevistas realizadas, notou-se uma percepção bem clara da mudança na identidade de Aruega ao longo dos anos, em relação à Cidade. Os assentados salientam que, nos primeiros anos, havia um grande temor e aversão das pessoas da Cidade em relação ao Aruega. O Assentamento era visto como um reduto de bandidos, pessoas de má índole e arruaceiros:

Nóis percebia porque quando nós ia...porque sempre a gente ia na Cidade, né... porque quando nós ia e quando, assim, que a gente tava aqui tamém, tinha gente lá que fechava até a porta quando ovia falá que nós veio pra lá. Fechava a porta com medo. Falava que nós era um bocado de, um bocado de assartante, né, não sei o que...Pensava um monte de coisa ruim de nós, né. E seno que nada disso, Ave Maria!, nada disso nós num era.(...) Se pensasse, assim, se pensasse as vezes da gente levá lá uma criança pra consurta e não desse tempo da gente vim embora, tivesse que ficá durmino lá, tinha que falá com o padre, por que, não seno o padre...e o sindicato, ninguém... Eles tinha o maió medo da gente!²⁷

²⁴Entrevista cedida por JR, 63 anos, assentado, liderança, em 14 de julho de 2005.

²⁵POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* N. 10. Rio de Janeiro: CPDOC. 1992.

²⁶*Ibidem*. p. 204.

²⁷Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 06 de julho de 2005.

²³Entrevista cedida por JR, 63 anos, assentado, liderança, em 14 de julho de 2005. Grifo nosso.

FB, um jovem do Assentamento, relata as dificuldades vividas na sua infância por ser morador de Aruega. Ele contou os problemas que viviam no comércio e na escola, demonstrando o estigma²⁸ e os riscos que ocorriam:

Deu uma repercussão muito grande. Uma porque o Prefeito na época era contra, então... Isso aí... Nossa Senhora! Se falasse que era de Aruega meu filho... era até pirigoso bate na gente! A gente já tava ficano meio veio e pai preocupado pra estudá., aqui não tinha escola ainda. Nós fomo pra Novo Cruzeiro estudá, chegava lá e perguntava: “—Cê mora onde?”. “—Ah, moro em Novo Cruzeiro memo”. Se falasse que morava aqui em Aruega... Ih, ta loco! A gente pra comprá as coisa pra come, só tinha um cara em Novo Cruzeiro que fornecia pra gente. E era só com dinheiro tamém. A vista. (...). Com certeza isso em Novo Cruzeiro foi difícil.²⁹

Com o passar dos anos, o afastamento dos mediadores do MST e o constante convívio com a Cidade, os assentados passaram a ser cada vez mais aceitos como integrantes de Novo Cruzeiro, como pessoas de bem. Hoje essa relação é considerada muito boa:

Nunca mais eu ouvi falá em confusão. Ninguém de Novo Cruzeiro, eles gosta muito do povo aqui. A gente chega lá pra gente comprá as coisa, tanto assim cereais, que nem móveis, quarquê coisa, eles fica doido prá gente fazê crédito com eles. (...) E diz que tinha gente que falava prá eles que o povo aqui comia gente. Ôi! (risos)(...) Ô meu Deus do céu!³⁰

Em grande parte dos depoimentos os assentados justificam a reação da Cidade pelo fato de Aruega ser a primeira ocupação de Minas, que assustou por ser uma coisa inusitada. Segundo os entrevistados, conforme foram se conhecendo melhor a relação foi melhorando gradualmente: “Hoje eles são conscientizado por que que nós acupamo essa terra aqui. Por que eles foro caí na realidade... Por que a Reforma Agrária é agora. Eles não entindia, não sabia que ia acontecê a Reforma Agrária, nunca no estado de Minas. No início nós não tinha o apoio do prefeito nada, nada, nada”.³¹

Os depoimentos caminham no sentido de demonstrar que Aruega hoje é muito bem aceito na Cidade, coisa que notou-se que não ocorre com tanta frequência em relação ao MST. Segundo os depoentes, a população ainda não aceita tão bem a conduta do Movimento, o que nos sugere que Aruega estava se distanciando da identidade do MST, na época em que realizou-se o trabalho de campo.

Outro elemento que chamou atenção foi que pessoas da Cidade que estão ligadas ao Assentamento pela escola, pelo sindicato, etc, não consideravam que o estigma diminuiu tanto. VD, professora em Aruega desde 91, relatou como resolveu aceitar lecionar no Assentamento: “Assim, tinham medo, né. Às vezes eles comparava os sem terra como se fosse badernero, né. E aí que ninguém queria vim prá cá. Aí chegô minha veis na hora lá. Aí perguntô: “—Tem uma vaga em Aruega...” Aí perguntô se eu aceitava, né. “—Ninguém qué ceitá, eu aceito”. Aí eu vim pra cá”.³²

Tanto VD, quanto o restante dos assentados entrevistados salientaram que a relação melhorou, citando as relações de comércio, de ajuda mutua, etc. Não encontrou-se casos de casamentos e grandes companheirismos, o que pode ser um indício importante sobre quais as esferas em que a integração se desenvolveu com maior intensidade:

Tem. Agora tem. Muitas amizades. E depois o pessoal mostrô, com o passar do tempo, que os sem-terra não era nada do que eles pensavam, né. E ajuda até muita gente das comunidades vizinhas, né. Quando tem cursos o pessoal daqui convida prá eles participá. Eles participam. O culto, o pessoal das comunidades vizinhas vem participá é aqui. Tem muito contato. Leva uma mercadoria pra Novo Cruzeiro e vende, faz negócio.³³

Porém, diferentemente dos assentados, VD demonstra que as pessoas de Novo Cruzeiro ainda estão divididas sobre a imagem de Aruega. Também se notou que o estigma mudou de justificativa, sendo agora direcionado a uma crítica ao que alguns consideram ser um tipo de *parasitismo* em relação ao Estado por parte dos assentados:

Eu vejo, assim, tem muita... tem alguns ainda... Não sei se é a maioria, não sei... Que ainda tem aquela visão que os sem-terra num... olham mais o lado de projeto, né, pra ganhá dinheiro, né. Que não é nada de mexê com a terra. Tá muito tempo assim que eles não visa mais trabalhá com a terra, mas visa mais ta aí pra sê beneficiado com projeto do governo. Mas tem os que vê os Sem-Terra como organização séria, né, que tá aí lutano pra construí um projeto pro Brasil, né. Tem muitos que vê dessa forma que eles qué construí esse projeto popular pro Brasil, que venha ajudá realmente as classes, né, menos favorecida, o nosso caso.³⁴

Em seu estudo sobre os assentamentos em Minas Gerais, Ferreira Neto³⁵ afirma que “apesar de os entrevistados afirmarem, de forma genérica, que a sociedade vem modificando sua visão sobre a reforma

²⁸ GOFFMAN, Irving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

²⁹ FB, 22 anos, assentado, em 7 de julho de 2005.

³⁰ Entrevista cedida por EV, 53 anos, assentada, no dia 06 de julho de 2005.

³¹ Entrevista cedida por CV, 62 anos, liderança, assentado, em dia 08 de julho de 2005.

³² Entrevista cedida por VD, 39 anos, professora de alfabetização em Aruega, no dia 7 de julho de 2005.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Assentamentos Rurais: Organização, Mobilização e Imaginário Social*. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.

agrária, os estereótipos negativos ainda são utilizados como parâmetro para analisar uma relação de convivência particular, próxima e concreta”.³⁶ De forma similar, ao que tudo indica, a estigmatização de Aruega, apesar de mudar de aspecto, ainda prevalece.

Erving Goffman³⁷ afirma que, algumas vezes, os estigmatizados, ao incorporarem o estigma, se direcionam para a tentativa de correção dos traços “defeituosos”. Isso ocorre pois a aceitação dos valores que os estigmatizam vai ao encontro da vergonha e da vitimização, principalmente em ambientes nos quais os contatos se tornam mais freqüentes.

Em Aruega, com a gradual saída dos mediadores e dos excedentes, o que trouxe a crescente necessidade de buscar recursos econômicos, políticos e culturais no restante da Cidade, possivelmente ocorreram mais “contatos mistos”.³⁸ Essa relação desencadeou um processo de redefinição da identidade de Aruega, possivelmente na tentativa, por parte dos assentados, de afastamento do estigma.

Sendo assim, é evidente que, mesmo com a conquista da terra, permanece um embate ideológico que pode colocar em risco a identidade construída pela luta mediada pelo MST em Aruega. No entanto, principalmente em relação aos assentados mais antigos e que viveram o processo de luta com mais intensidade, prevalece uma forte rejeição ao estigma, baseada na tentativa de redefinição dos padrões culturais da região e valorização das ações de luta pela terra enquanto atitudes legítimas e que devem ser respeitadas.

Essa visão, nos depoimentos, é relatada como críticas aos valores da sociedade brasileira em geral, pois a crítica direta aos valores da cidade, afirmando a persistência de seus preconceitos, seria declarar guerra aberta contra forças muito consolidadas. Os atores não deixam de manifestar e agir de acordo com suas condições materiais, recursos simbólicos e na construção de estratégias condizentes com suas possibilidades de atuação política.

Considerações Finais

O fato das famílias serem provenientes da região é indício importante para várias inferências. Uma delas é que certamente o apego emocional à localidade foi importante motivador para a ocupação, já que muitos tinham vivido em outras localidades e tinham grande desejo de retornar para ficar na região em definitivo.

É emblemática a existência do Assentamento e dos ideais de acesso a terra num cenário em que vigoraram dependências pessoais em relação aos grandes fazendeiros. É neste mesmo caminho que podemos visualizar a importância e dificuldades encontradas pelos mediadores para convencer os trabalhadores rurais do

direito moral de ocuparem a terra e viverem nela. Não foram poucos os questionamentos dos trabalhadores se não estariam ocupando um lugar que já tinha dono. O trabalho dos mediadores e das instituições já existentes como sindicatos, igrejas e relações de parentesco foram fundamentais no processo de redefinição da cultura política, o que possibilitou o sucesso da ocupação.

A organização anterior e o trabalho de reflexão sobre a legitimidade e importância da ocupação da terra para conseguirem melhorar de vida e construir uma sociedade mais justa foi bem sucedido, já que os atores conseguiram passar por processos difíceis para formação do Assentamento, redefinindo sua identidade. A trajetória que vai do processo de ocupação até a formação do Assentamento exigiram que os atores sociais estivessem seguros do que queriam e confiantes no resultado das manifestações que realizaram.

Só assim foram capazes de resistir à pressão dos fazendeiros e políticos, relacionados a eles, contra a ocupação, já que a formação do Assentamento foi uma derrota política e séria ameaça à continuidade do *status quo* na região. As pressões mais visíveis eram realizadas pela polícia militar. Mas o estigma das pessoas também teve um significado de pressão considerável, talvez mais constante e corrosivo.

A resistência em relação à pressão surtiu efeito e, num processo de relações sociais, econômicas e políticas, os assentados conseguiram se inserir na sociedade local, mesmo que de uma forma diferente da habitual e com os limites que salientamos.

Assim, o processo de constituição do Assentamento foi acompanhado de um processo de redefinição das relações sociais em que os grupos acabavam se aproximando e negociando suas identidades. Foi dessa forma que os assentados se inseriram e conseguiram se estabelecer como grupo a ser respeitado pelos cidadãos, bem como pelos assentamentos que se constituíram posteriormente, já que este foi o primeiro do Estado e referência para os demais. A relevância de Aruega superou os limites territoriais de Novo Cruzeiro.

A aproximação dessa trajetória vivida pelos assentados com o conceito de *experiência* de Thompson³⁹ é reveladora, pois esse autor demonstra como a experiência histórica e cultural, acumulada pelos atores na contínua luta de classes, desencadeia reflexões pessoais e grupais. No pensamento de Thompson, os homens se tornam sujeitos através da experiência, vivendo as relações de produção como antagonismos. Nesse sentido, não apenas se assimila a experiência, mas sim ela é construída internamente no processo de luta social e transmitida entre o grupo através de memórias, tradições, rituais, etc.

Sendo assim, podemos pensar como as investidas futuras dos sem-terra em Minas Gerais

³⁶Ibidem, p. 110.

³⁷GOFFMAN, op. cit.

³⁸Ibidem.

³⁹THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

puderam caminhar no sentido do amadurecimento dessa noção de que existe uma identidade que os une, os opõem às autoridades defensoras do *status quo*, e que, assim, os sem-terra devem resistir ao processo de estigmatização enquanto recurso ideológico desmobilizador.

Nesse sentido, Carvalho,⁴⁰ defendendo o argumento da emancipação continuada no MST, inclui como elemento fundamental nesse processo a construção da identidade do Movimento. Ele argumenta que o MST revigorou e deu novo sentido ao processo histórico de emancipação social continuada das classes subalternas no campo. Essa redescoberta de um sentido histórico é o que afirma a identidade dos trabalhadores rurais sem-terra e o que impulsiona a sua *cidadania ativa*. Ele considera a existência de uma identidade de *sem terra*, baseada na percepção de uma luta social ampla por terra, igualdade social, educação, saúde, cultura, etc., em oposição às três “cercas” que os dominam: o latifúndio, a ignorância e o capital.

Como pretendemos demonstrar, Aruega deu um passo importante para a constituição dessa identidade em Minas Gerais, vivendo esses antagonismos num processo de resistência e enfrentamento emblemático, que modificou grande parte dos valores culturais dos trabalhadores rurais envolvidos. Cabe, então, atentar para a interação com a luta mais ampla do movimento, relação fundamental para a continuidade da construção dessa identidade.

⁴⁰CARVALHO, H. M. A Emancipação no Movimento de Emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.